



2023

Relatório e Contas

Junho

CA Curto Prazo

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto



ÍNDICE

<i>Relatório de Gestão</i>	2
Nota Introdutória	3
Síntese da Evolução dos Mercados	4
Principais Eventos	7
Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo	8
Informação relativa à Gestão do Fundo	9
Erros de Valorização	11
Eventos Subsequentes	11
Notas Informativas	12
<i>Balanço</i>	15
<i>Demonstração de Resultados</i>	18
<i>Demonstração de Fluxos de caixa</i>	20
<i>Anexo às demonstrações financeiras</i>	23
<i>Relatório de Auditoria</i>	30

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

O Fundo foi constituído em 1 de abril de 2016 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo, nos termos da lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do Fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Síntese da Evolução dos Mercados

Após a subida mais rápida e acentuada das taxas diretoras dos bancos centrais das economias desenvolvidas desde o início dos anos 80, as expectativas económicas no arranque do ano para 2023 eram globalmente desfavoráveis. Estas assentavam nos níveis historicamente deprimidos dos principais indicadores de confiança, assim como nos sinais de várias métricas com capacidade indicativa da trajetória futura do ciclo económico.

Na verdade, o contraste entre estas projeções de quebra da atividade económica global em 2023 e o desempenho económico registado ao longo do 1º semestre do ano foi extremo, o que teve por base vários fatores explicativos.

Depois de no verão de 2022 atingirem máximos desde meados de 2014, os preços das matérias-primas retrocederam significativamente desde o 3º trimestre de 2022. O movimento foi liderado pela correção do cabaz energético, com as respetivas cotações a manterem-se surpreendentemente pressionadas ao longo do 1º semestre de 2023. Mais especificamente, a queda superior a 50% do preço do gás natural na Área do Euro entre agosto e o início de dezembro de 2022 e a subsequente desvalorização de quase 80% até junho de 2023 conduziu a matéria-prima à sua cotação mais reduzida desde junho de 2021, isto é, abaixo do patamar verificado antes da guerra na Ucrânia. A correção minimizou o impacto económico nos setores mais intensivos em energia e contribuiu para o retrocesso da inflação no período em análise.

Em segundo lugar, depois de dois anos e meio de políticas pandémicas restritivas e principalmente após a reeleição e reforço da influência de Xi Jinping na liderança do Partido Comunista da China, assistiu-se a uma alteração radical da postura do executivo chinês. A remoção das restrições pandémicas aconteceu de forma muito mais célere do que a esperada, o que garantiu uma

recuperação económica muito significativa nos primeiros meses de 2023.

Em terceiro lugar, um conjunto de fatores associados à herança pós-pandémica continuaram a suportar os níveis de atividade económica. Na ótica da despesa, a utilização das poupanças excedentárias acumuladas durante o período pandémico, juntamente com a supressão das taxas de poupança garantiram uma continuidade dos padrões de consumo, mesmo perante quebras significativas dos níveis de rendimento real disponível. Por outro lado, os acréscimos das margens de lucro empresariais, fruto dos elevados níveis de procura e da escassez de oferta permitiram em simultâneo manter os níveis de emprego em máximos históricos e suportar o investimento.

Por fim, na ótica da oferta, depois de atingidos níveis historicamente reduzidos de inventários no final de 2022, a normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento contribuiu para a recuperação da atividade económica em alguns setores, com destaque para a indústria e em particular para o setor automóvel.

O enquadramento descrito permitiu uma recuperação progressiva dos índices de confiança e apenas uma estagnação da atividade europeia no 1º trimestre (após -0,1% em cadeia no 4º trimestre de 2022), “beneficiada” pelo contributo positivo das exportações líquidas (queda das importações superior à das exportações) e pela expansão do investimento. Inversamente, o consumo privado voltou a contribuir negativamente para a atividade económica no primeiro trimestre do ano. Apesar da fragilidade da generalidade dos indicadores de confiança/atividade entre abril e junho e da vulnerabilidade da economia alemã, o PIB da Área do Euro cresceu 0,3% no 2º trimestre de 2023.

O nível de atividade económica dos EUA superou igualmente as expectativas, com um crescimento

em cadeia anualizado de 2%, que contou com um contributo decisivo do consumo privado (+4,2%), assim como das exportações líquidas, que mais do que compensaram os contributos negativos das componentes de inventários e de investimento residencial. A expansão em cadeia no 2º trimestre do ano foi de 2,3%.

Entre os principais blocos económicos, o maior destaque foi para a China, que fruto do abandono mais célere da sua política Covid-zero assinalou um crescimento em cadeia de 2,2% no 1º trimestre do ano. Apesar do desempenho mais favorável nesse período, a trajetória da generalidade dos indicadores de confiança e de atividade foi de moderação, o que, aliado à relutância em anunciar estímulos mais significativos e abrangentes, significou um realinhamento de expectativas para um acréscimo inferior à média histórica no 2º trimestre de 2023.

O enquadramento descrito justificou revisões em alta praticamente generalizadas das estimativas de crescimento económico e contribuiu para o perfil de valorização dos ativos de risco. Não obstante, não foi apenas a dinâmica económica que condicionou os mercados financeiros.

O período em análise ficou igualmente marcado pela crise no setor bancário e respetiva falência de três bancos regionais dos EUA, uma situação com ondas de choque na Europa, cuja crise de confiança originou a resolução do Credit Suisse. Apesar da resposta proporcional e célere dos reguladores e em particular da Reserva Federal dos EUA ter minimizado a escalada da crise, as suas implicações são ainda desconhecidas e sobrepõem-se ao impacto das subidas das taxas de juro ocorridas e da deterioração das condições de concessão de crédito já em curso antes destes eventos. O primeiro semestre de 2023 ficou igualmente marcado pela deterioração do clima geopolítico, em particular entre os EUA e a China.

Depois de ter centrado a atenção dos investidores em 2022, a inflação manteve-se algo pressionada à escala global nos primeiros meses de 2023, tendo

desde então encetado uma trajetória descendente, fruto da normalização do funcionamento das cadeias de abastecimento e da queda do preço das matérias-primas. No entanto, a dinâmica económica resiliente e a solidez do mercado laboral significaram acréscimos e riscos de maior persistência da inflação no setor dos serviços e mais genericamente da inflação subjacente.

Pese embora a adoção de uma postura menos agressiva pelos principais bancos centrais, pela via de acréscimos de menor proporção das respetivas taxas diretoras, o enviesamento continuou a ser de convergência para a maior restritividade das políticas monetárias dos últimos quarenta anos.

A retórica dos principais bancos centrais evoluiu, ao longo do primeiro semestre de 2023, em linha com a evidência de maior solidez da dinâmica económica e principalmente com o caráter tendencialmente mais persistente da inflação. Deste modo, as expectativas de subidas de taxas diretoras pela Reserva Federal dos EUA, do BCE e do Banco de Inglaterra, entre outros, sofreram acréscimos algo significativos no 1º trimestre.

Embora a crise de confiança no setor bancário dos EUA tenha alterado radicalmente as expectativas de atuação dos principais bancos centrais, estas retomaram a trajetória ascendente desde então, aproximando-se do patamar original à medida que os riscos de recessão no curto-prazo e que os riscos de instabilidade financeira retrocederam.

Apesar das perspetivas de políticas económicas mais restritivas, o desempenho das principais classes de ativos foi amplamente contrastante com o ano de 2022.

As taxas de juro soberanas registaram uma evolução diferenciada ao longo da curva de rendimentos, com acréscimos das taxas reais nas menores maturidades, fruto da continuidade do ciclo de subida de taxas diretoras no curto-prazo, mas quedas das taxas de juro soberanas nas maturidades mais longas, fruto do retrocesso das expectativas inflacionistas de médio/longo-prazo

no caso dos EUA e das taxas reais no caso europeu. As taxas nominais dos EUA e da Alemanha com maturidade a 10 anos evoluíram ao longo do primeiro semestre de 2023 nos níveis mais elevados desde 2010 e 2011, respetivamente. O desempenho da periferia europeia foi globalmente positivo, com estreitamentos de spread face à Alemanha, com destaque para a queda de praticamente 100pb do diferencial de taxas da Grécia, no seguimento do sucesso das políticas económicas implementadas e das perspetivas de subida para rating de investimento. Itália e Portugal estiveram igualmente em destaque pela positiva, com estreitamentos de 64 e 46pb.

Apesar das expetativas de deterioração dos fundamentais empresariais, incluindo o impacto do retrocesso da procura e da subida das taxas de juro no perfil de incumprimentos, assistiu-se também neste capítulo a uma maior resiliência face ao esperado, justificada pelos níveis ainda elevados de procura e pela capacidade de transmissão do acréscimo dos custos para o consumidor final e até uma subida das margens operacionais. Como tal, apesar da evolução algo volátil ao longo do período em análise, os spreads do crédito registaram estreitamentos transversais, quer nos EUA quer na Europa, e mais expressivos nos segmentos de menor qualidade creditícia. A exceção foi o segmento de dívida subordinada de financeiras, fruto do maior prémio de risco exigido no seguimento da crise de confiança no setor.

Ainda no âmbito do rendimento fixo, a propensão para ativos de risco, a estabilização do dólar, de taxas de juro mais baixas e as perspetivas económicas mais construtivas para a China contribuíram positivamente para o desempenho da dívida de mercados emergentes, quer empresarial quer de soberanos, com o subsegmento de dívida em moeda local em plano de destaque no 1º semestre de 2023.

O ambiente descrito provou-se favorável para os mercados acionistas. Os resultados empresariais mais sólidos do que o esperado, as revisões em alta das projeções para os resultados empresariais

futuros e principalmente a expansão de múltiplos, reflexo do ambiente de otimismo económico e do sentimento mais positivo dos investidores, estiveram na origem do melhor desempenho da classe. As elevadas expetativas em torno do investimento em “inteligência artificial” contribuíram para as fortes valorizações dos títulos mais expostos a esta temática, assim como de forma mais generalizada para o apetite pelo risco. Por outro lado, a reabertura da economia japonesa, o maior otimismo para o crescimento dos resultados empresariais nesta geografia e principalmente a desvalorização da divisa nipónica contribuíram para a forte valorização dos índices japoneses no 1º semestre do ano.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia manteve a trajetória ascendente, depois de atingidos mínimos plurianuais em agosto de 2022, reflexo do maior otimismo económico e da postura mais proativa do Banco Central Europeu em resposta aos níveis excessivos da inflação na região. Em termos individuais, destaque para a apreciação contra o dólar dos EUA (1,9%), contra as divisas nórdicas (coroas norueguesa e sueca), face ao yuan e ao iene, e para as perdas contra a libra britânica e contra o franco suíço. Em termos agregados, o dólar exibiu uma elevada volatilidade e encerrou o semestre a desvalorizar marginalmente, destacando-se os ganhos contra o iene e contra o yuan. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes desvalorizou 1,6% face ao dólar no 1º semestre de 2023.

A classe de matérias-primas esteve em evidência pela negativa nos primeiros seis meses do ano. Apesar do clima de tensão geopolítica, com expoente máximo na guerra na Ucrânia, o índice representativo da classe desvalorizou cerca de 10%. Não obstante a resiliência macroeconómica à escala global e a reabertura da economia chinesa, as maiores perdedoras foram as subcomponentes respeitantes aos bens energéticos (-22%) e aos metais industriais (-14,5%), com os metais preciosos a destacarem-se pela positiva (+0,5%).

Principais Eventos

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA R DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

A 4 de janeiro de 2023 foi constituída a Categoria R para os fundos IMGA Iberia Equities ESG e IMGA Alocação Defensiva.

CONSTITUIÇÃO DA CATEGORIA I PARA O FUNDO IMGA LIQUIDEZ

A 28 de fevereiro de 2023 foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Liquidez.

ATUALIZAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 17 de fevereiro de 2023 foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos Prospetos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

A 9 de março foram alterados os Prospetos dos Fundos de investimento mobiliário, com a inclusão de um anexo com informações relacionadas com a sustentabilidade e no âmbito da transparência dos investimentos sustentáveis na divulgação de informações pré-contratuais, tal como previsto no Regulamento Delegado (EU) 2023/363.

A 15 de maio foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2022.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

A 28 de abril de 2023 foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

NOVOS FUNDOS:

IMGA PME Flex

A 2 de janeiro de 2023 o fundo IMGA PME Flex iniciou a sua atividade, com a constituição da categoria I.

IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I

O fundo IMGA Financial Bonds 3Y, 2,25%, Série I começou a sua comercialização a 2 de janeiro de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de fevereiro, com a constituição da Categoria A.

IMGA Financial Bonds 3,5 Y

O fundo IMGA Financial Bonds 3,5Y começou a sua comercialização a 20 de março de 2023, tendo iniciado atividade a 1 de junho, com a constituição da Categoria A.

IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série

A 29 de junho de 2023 foi autorizada a constituição do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

No primeiro trimestre de 2023 foram publicadas atualizações no website da Sociedade Gestora relativas à Política de Sustentabilidade adotada e ao documento “Informações Relacionadas com Sustentabilidade”, com a inclusão de um ponto sobre diligência devida e uma síntese da política de envolvimento.

A 30 de junho foi igualmente publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2022.

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

No primeiro semestre de 2023 continuámos a assistir à subida das taxas de juro pelos principais bancos centrais, assumida como principal medida para o controle da inflação. As repercussões de tais medidas fizeram-se sentir no aumento das Euribor, nas taxas de remuneração de depósitos e nos spreads de crédito. Este segmento de fundos de investimento tira partido de tais incrementos, que alimentam as yields e rendimentos das aplicações de que são compostos e que se vão renovando, sendo por isso natural que todos os fundos de mercado monetário e de curto prazo tenham obtido rendibilidades positivas em Portugal.

Ainda assim, estas duas categorias de fundos tiveram desde o início do ano comportamentos divergentes no que respeita ao total de ativos sob gestão, com os fundos de mercado monetário a registar um aumento dos ativos sob gestão e os de fundos de curto prazo uma diminuição. Em conjunto, estas categorias representam aproximadamente 8,3% do volume sob gestão em fundos mobiliários no mercado português.

Os ativos sob gestão da IMGA nestas categorias de fundos totalizaram €1.119M em junho de 2023, correspondendo a um aumento de aproximadamente €61M relativamente a dezembro de 2022.

A rendibilidade positiva dos fundos da IMGA e a perspetiva da continuação da melhoria das rendibilidades nos próximos meses foi o principal motivador do aumento das subscrições nestas categorias, não obstante o crescimento da oferta de alternativas de aplicações financeiras disponibilizadas pela banca.

No final de junho de 2023 esta categoria representava aproximadamente 28,8% dos ativos sob gestão na IMGA.

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe	Rend. Anual.	Risco	Classe
		Volatilidade			Volatilidade			Volatilidade	
CA MONETÁRIO	1,06%	0,19%	1	0,25%	0,14%	1	0,15%	0,11%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	0,96%	0,18%	1	0,18%	0,14%	1	0,10%	0,11%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	0,91%	0,18%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET CAT I	1,20%	0,20%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	3,14%	0,52%	2	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	0,82%	0,66%	2	-0,24%	0,49%	1	-0,28%	0,75%	1
IMGA LIQUIDEZ CAT A	0,98%	1,00%	2	-0,77%	0,90%	2	-0,51%	0,76%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	0,97%	1,00%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA LIQUIDEZ CAT I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A Categoria I do Fundo IMGA Liquidez, constituiu-se em fevereiro de 2023 pelo que não tem rendibilidade a 1 ano.

Fonte: IMGA a 30 de junho de 2023

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2023 foi caracterizado pela continuação do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, pelas pressões inflacionistas elevadas nos EUA e na Europa, que se tornaram persistentes, e pela intervenção expressiva dos bancos centrais, através do aumento significativo das taxas de juro e redução dos programas de estímulos à economia.

Os dados macroeconómicos sobre o emprego, consumo, atividade económica e a pressão salarial continuaram a suportar a robustez das economias dos EUA e da Europa, apesar do abrandamento económico evidenciado por alguns indicadores avançados.

A crise de liquidez verificada nos bancos regionais norte-americanos - que contribuiu para a resolução do banco Credit Suisse -, teve um efeito temporário na redução das taxas de juro e aumento da aversão ao risco, tendo sido rapidamente solucionada pelos reguladores, permitindo a normalização dos mercados financeiros.

Adicionalmente, a China abandonou a política limitada de combate à pandemia (Covid zero), contribuindo para o crescimento económico global, embora a um ritmo inferior ao esperado. As taxas de juro na Europa e nos EUA subiram bastante no curto prazo, tendo o longo prazo registado uma ligeira diminuição, com a curva temporal a agravar substancialmente a inversão devido aos receios de uma recessão económica eminente.

No mercado obrigacionista de dívida privada, os acontecimentos descritos anteriormente não tiveram impacto negativo no segmento *Investment Grade* e *High Yield*, tendo os spreads estreitado na generalidade. Os spreads atuais de crédito já incorporam muitos dos riscos acima mencionados, nomeadamente o cenário de estagflação e ligeira recessão económica. Durante o primeiro semestre

do ano houve um aumento significativo das emissões de dívida privada no mercado primário, com o nível de liquidez do mercado de obrigações de crédito também a aumentar.

Neste contexto, durante o primeiro semestre do ano, a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Curto Prazo baseou-se numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez, tendo em conta a dimensão do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, a manutenção da inflação em níveis elevados, o aumento das taxas de juro de referência e a retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais.

A duração do Fundo foi gerida de uma forma conservadora, procurando assegurar um reinvestimento progressivo do risco de taxa de juro a remunerações mais atrativas. Foi privilegiado o segmento *Investment Grade* de taxa fixa e emitentes de setores mais defensivos, nomeadamente Energia, Telecomunicações e Financeiro, de forma a assegurar um perfil de risco/retorno conservador, minimizando o risco de alargamento dos spreads da curva de crédito, algo que não se veio a verificar. O Fundo manteve os seus níveis de duração reduzidos, através de cobertura parcial do risco de taxa de juro na sua exposição ao segmento de obrigações de taxa fixa. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, acabou por ter impacto negativo na performance do Fundo durante o primeiro semestre de 2023.

Apesar de investir unicamente no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aumento do apetite por risco para fazer o rebalanceamento da exposição a alguns emitentes de setores cíclicos para evitar um acréscimo de volatilidade. O Fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a volatilidade deste período.

Quanto à gestão dos instrumentos de mercado monetário, a estratégia inicial foi a de manter a exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa que apresentavam taxas de reinvestimentos atrativas. Ao longo do semestre foi feita uma rotação para depósitos bancários e papel comercial que começaram a apresentar taxa de juro atrativas, consequência da atualização da remuneração por parte das instituições financeiras que começaram a refletir nos depósitos bancários as taxas de juro de referência mais elevadas.

O Fundo aumentou a sua exposição aos depósitos bancários e ao papel comercial por estes instrumentos apresentarem um perfil de retorno mais elevado face ao risco/volatilidade incorporado.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre de 2023 foi influenciado positivamente pela redução dos prémios de risco de crédito do segmento *Investment Grade* de taxa fixa. Por outro lado, a queda das taxas de juro sem risco de médio prazo penalizou a performance do Fundo que se encontrava posicionado para uma subida das taxas. A participação ativa do Fundo no mercado primário de obrigações de crédito para captar o

prémio de risco ficou mais limitada devido à volatilidade das taxas de juro de médio prazo e de forma a manter ajustado o perfil de risco/retorno dos investimentos.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre do ano foi também influenciado de forma positiva pela atualização das taxas praticadas no mercado monetário, nomeadamente o aumento das taxas de juro dos depósitos bancários e da rendibilidade apresentada pelo papel comercial.

O fundo CA Curto Prazo apresentou, no final de junho de 2023, uma rendibilidade a 1 ano de 0,8% e uma rendibilidade efetiva a 6 meses de 1,2%, tendo atingido o valor líquido global de €16M, o que representa um decréscimo de 13,2% relativamente aos €18,4M registados em dezembro de 2022.

Desde o início do ano, o Fundo registou vendas líquidas negativas de €2,6M, com subscrições de €2,2M e resgates de €4,8M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Erros de Valorização

Até 30 de junho de 2023 não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do Organismo de Investimento Coletivo.

Eventos Subsequentes

A 3 de julho de 2023 foi iniciada a comercialização do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2024 – 1ª Série.

A 19 de julho de 2023, na sequência do envio para a Comisión Nacional del Mercado de Valores (CNMV), da notificação para comercialização, numa base transfronteiriça, do fundo IMGA Ações Portugal, foi rececionado o Ofício da CMVM a informar do registo desse Fundo junto no mercado espanhol.

Notas Informativas

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 01 de abril de 2016

Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário: Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira em 30 de junho de 2023: 15 975 M Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	jun/23
Rendibilidade	0,1%	0,3%	-1,4%	1,0%	-0,4%	-0,4%	-2,0%	0,8%
Risco (nível)	1	1	1	1	2	1	2	2

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rendibilidade próximo das taxas de juro de curto prazo, através de investimentos realizados maioritariamente em instrumentos de baixa volatilidade e maturidade ajustada ao objetivo do OIC.

Ao OIC não serão aplicáveis as regras relativas aos fundos do mercado monetário, designadamente o Regulamento (EU) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho.

O OIC poderá investir designadamente em:

Valores mobiliários representativos de dívida admitidos à cotação em mercados identificados no ponto 1.2;

Valores mobiliários representativos de dívida, recentemente emitidos, cujas condições de emissão incluam o compromisso de que será solicitada a admissão à cotação ou à negociação em bolsa ou em mercados identificados no ponto 1.2, e desde que essa admissão seja obtida o mais tardar antes do final do período de um ano a contar da data de emissão;

Valores mobiliários diferentes dos anteriormente referidos e outros instrumentos representativos de dívida, transacionáveis, que possuam liquidez e tenham valor suscetível de ser determinado com precisão a qualquer momento, até ao limite de 10% do valor global do OIC;

Instrumentos do mercado monetário e Depósitos a prazo.

Ficam expressamente excluídos da política de investimentos:

Instrumentos de dívida com uma maturidade residual superior a 5 anos;

Obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida, cuja estrutura integre instrumentos financeiros derivados

O investimento, direto ou indireto, em ações ou mercadorias

Participações em organismos de investimento coletivo cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos valores referidos neste ponto ou que não respeitem a Diretiva Comunitária n.º 2009/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009.

O OIC deve deter em permanência um mínimo de 50% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, com uma maturidade residual média ponderada igual ou inferior a 12 meses.

O fundo investirá, no mínimo, 20% do seu valor líquido global em ativos com maturidade residual superior a 2 anos, detendo, em permanência, uma carteira cuja maturidade média ponderada seja superior a 6 meses e cuja duração média ponderada seja superior a 1 ano, ambas na aceção do Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho.

O OIC poderá investir em valores mobiliários de taxa fixa com prazo de vencimento residual superior a 12 meses até ao limite de 15% do seu valor global líquido.

O OIC poderá investir, até 15% do seu valor global líquido, em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, desde que em simultâneo efetue a cobertura do risco cambial através de instrumentos adequados, nos termos deste prospeto.

O OIC poderá investir, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros Organismos de Investimento Coletivo.

A entidade gestora pode contrair empréstimos por conta do OIC, com duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano a até ao limite de 10% do valor líquido global do OIC, sem prejuízo da utilização de técnicas de gestão relativas a empréstimos e reporte de valores mobiliários.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2022	30.06.2023
Nº UP's em circulação	3 709 818,7269	3 290 987,3850	3 090 812,9888	3 788 675,1601	3 249 194,1527
Valor Unitário UP (Euros)	4,9993	4,9788	4,9568	4,8552	4,9167

CUSTOS E COMISSÕES

		Unidades: milhares €							
		jun/23		2022		2021		2020	
Mercado	Região	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Mercado Nacional	Portugal	3 249	0,0	3 945	0,0	6 538	0,0	5 837	0,0
Mercados União Europeia	Alemanha	503		1 003		504		400	
	França	1 278		892		804		805	
	Dinamarca	700		596		100			
	Espanha	1 470		1 464		1 019		1 218	
	Itália	500		200		1 016		1 523	
	Luxemburgo	1 750		1 792		895		400	
	Irlanda	201		201		200		301	
	Países Baixos	1 071		776		1 008		1 417	
	Suecia	200		200				301	
	Polónia							100	
	Bélgica	570		491				100	
	sub-total	8 243	0,0	7 616	0,0	5 545	0,1	6 467	0,1
Outros Mercados	Suíça	391		366		355			
	Japão			200					
	EUA	2 033		1 964		507		1 004	
	Reino Unido	1 100		1 335		1 096		809	
	China								
	Canadá	702		201					
	Jersey								
	sub-total	4 225	0,0	4 066	0,0	1 957	0,0	1 813	0,0
Total		15 717	0,0	15 627	0,0	14 040	0,1	14 117	0,1

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

30.06.2023	
Valores mobiliários	11 616 948
Saldos bancários	4 256 974
Outros ativos	131 641
Total dos ativos	16 005 564
Passivos	30 360
Valor Líquido de Inventário	15 975 204

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)							
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	197 858	856	-	198 714	2 140	200 854	2%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	9 241 448	13 291	75 036	9 179 702	40 246	9 219 947	79%
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>	200 000	-	182	199 818	828	200 646	2%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	1 452 363	1 759	15 408	1 438 715	7 072	1 445 787	12%
2. OUTROS VALORES	600 000	-	-	600 000	(3 335)	596 665	5%
TOTAL	11 691 669	15 906	90 626	11 616 948	46 950	11 663 899	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)	
Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	191 162
As mais-valias de investimentos	80 483
Custos	
Custos de gestão	(24 707)
Custos de depósito	(6 177)
Outros encargos, taxas e impostos	(12 202)
As menos-valias de investimentos	(18 395)
Custos de negociação	(2 483)
Lucro líquido	207 682
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	2 184 123
Resgates	(4 811 188)

VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)		
CA CURTO PRAZO		
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
31.12.2021	15 320 258,60	4,9568
31.12.2022	18 394 587,28	4,8552
30.06.2023	15 975 203,72	4,9167

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(Valores em Euro)					
Descritivo	31.12.2022	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2023
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	-	-	-	530	-
Operações Sobre Cotações					

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

ATIVO							PASSIVO			
Código	Designação	30-06-2023				31-12-2022	Código	Designação	Períodos	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido			30-06-2023	31-12-2022
Outros Ativos										
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM									
33	Ativos Intangíveis das SIM									
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>									
Carteira de Títulos										
21	Obrigações	11 091 669	15 906	(90 626)	11 016 948	11 326 712				
22	Ações									
23	Outros Títulos de Capital									
24	Unidades de Participação									
25	Direitos									
26	Outros Instrumentos da Dívida	600 000			600 000	550 058				
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>11 691 669</u>	<u>15 906</u>	<u>(90 626)</u>	<u>11 616 948</u>	<u>11 876 770</u>				
Outros Ativos										
31	Outros ativos									
	<i>Total de Outros Ativos</i>									
Terceiros										
411+...+418	Contas de Devedores	51 147			51 147	8 577				
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>51 147</u>			<u>51 147</u>	<u>8 577</u>				
Disponibilidades										
11	Caixa									
12	Depósitos à Ordem	156 974			156 974	3 214 818				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	4 100 000			4 100 000	3 750 000				
14	Certificados de Depósito									
18	Outros Meios Monetários									
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>4 256 974</u>			<u>4 256 974</u>	<u>6 964 818</u>				
Acréscimos e diferimentos										
51	Acréscimos de Proveitos	80 283			80 283	66 030				
52	Despesas com Custo Diferido									
53	Outros acréscimos e diferimentos	212			212	212				
59	Contas transitórias ativas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>80 494</u>			<u>80 494</u>	<u>66 241</u>				
	TOTAL DO ATIVO	<u>16 080 284</u>	<u>15 906</u>	<u>(90 626)</u>	<u>16 005 564</u>	<u>18 916 405</u>				
					3 249 194	3 788 675				
Total do Número de Unidades de Participação em circulação										
PASSIVO										
Capital do OIC										
61	Unidades de Participação						16 245 971		18 943 376	
62	Variações Patrimoniais						92 103		21 763	
64	Resultados Transitados						(570 551)		(268 435)	
65	Resultados Distribuídos									
67	Dividendos Antecipados das SIM									
66	Resultados Líquidos do Período						207 682		(302 116)	
	<i>Total do Capital do OIC</i>						<u>15 975 204</u>		<u>18 394 587</u>	
Provisões Acumuladas										
481	Provisões para Encargos									
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>									
Terceiros										
421	Resgates a Pagar a Participantes						13 971		10 004	
422	Rendimentos a Pagar a Participantes									
423	Comissões a Pagar						7 886		8 213	
424+...+429	Outras contas de Credores						2 112		501 141	
43+12	Empréstimos Obtidos									
44	Pessoal									
46	Acionistas									
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>						<u>23 969</u>		<u>519 358</u>	
Acréscimos e diferimentos										
55	Acréscimos de Custos						2 440		2 460	
56	Receitas com Provento Diferido						3 951			
58	Outros Acréscimos e Diferimentos									
59	Contas transitórias passivas									
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>						<u>6 391</u>		<u>2 460</u>	
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO						<u>16 005 564</u>		<u>18 916 405</u>	
Valor Unitário da Unidade Participação							4.9167		4.8552	

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30-06-2023	31-12-2022			30-06-2023	31-12-2022
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores cedidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA			99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(valores em Euro) **DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 30 DE JUNHO DE 2022**

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		30-06-2023	30-06-2022			30-06-2023	30-06-2022
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	3 081		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	157 500	27 978
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	33 617	1 159
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	2 483	1 358		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	32 141	28 804	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	18 185	240 449	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	79 743	1 738
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	210	54 480	839	Em Operações Extrapatrimoniais	740	68 800
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais		63	851	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7412+7422	Impostos Indirectos	5 384	4 671	87			
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>271 600</u>	<u>99 675</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 480	2 510				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>63 964</u>	<u>332 335</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	45	
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>45</u>	
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>207 682</u>		66	Resultado Líquido do Período (se<0)		<u>232 660</u>
	<i>TOTAL</i>	<u>271 645</u>	<u>332 335</u>		<i>TOTAL</i>	<u>271 645</u>	<u>332 335</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	216 575	(212 091)	F - E	Resultados Eventuais	45	
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	530	14 320	B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	207 682	(232 597)
B-A	Resultados Correntes	207 636	(232 660)	B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	207 682	(232 660)

Demonstração de Fluxos de caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-23		30-jun-22	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		2 184 123		2 382 481
Subscrição de unidades de participação	2 184 123		2 382 481	
...				
PAGAMENTOS:		4 807 221		3 585 448
Resgates de unidades de participação	4 807 221		3 585 448	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		(2 623 098)		(1 202 966)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		8 946 904		5 510 393
Venda de títulos e outros ativos	4 889 844		2 605 588	
Reembolso de títulos e outros ativos	3 900 000		2 800 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	157 060		104 805	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		8 960 478		5 898 255
Compra de títulos e outros ativos	8 957 923		5 895 899	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	4		27	
Outras taxas e comissões	2 551		2 329	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(13 574)		(387 862)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		13 504		203 447
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	740		68 800	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 968		134 647	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	10 796			
PAGAMENTOS:		58 005		173 420
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	210		54 480	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	2 582		118 940	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	55 213		0	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(44 501)		30 027

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-23		30-jun-22	
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		16 280		517
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	16 280		517	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		42 951		33 972
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	25 748		22 797	
Comissão de depósito	6 485		5 699	
Taxa de supervisão	1 325		1 135	
Impostos e taxas	4 170		3 878	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	5 223		463	
Fluxo das operações de gestão corrente		(26 671)		(33 455)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		0		0
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais				
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
Fluxo das operações eventuais		0		0
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(2 707 843)		(1 594 255)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		6 964 818		8 016 786
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		4 256 974		6 422 530

Anexo às demonstrações financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2023

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Curto Prazo – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 18 de fevereiro de 2016, tendo iniciado a sua atividade em 1 de abril de 2016.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua representação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (cinco euros), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição.

O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do sai seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2023, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2022	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	30-06-2023
Valor base	18 943 376	2 234 885	(4 932 290)			16 245 971
Diferença p/Valor Base	21 763	(50 762)	121 102			92 103
Resultados acumulados	(268 435)			(302 116)		(570 551)
Resultados do período	(302 116)			302 116	207 682	207 682
SOMA	18 394 587	2 184 123	(4 811 188)	-	207 682	15 975 204
Nº de Unidades participação	3 788 675	446 977	(986 458)			3 249 194
Valor Unidade participação	4.8552	4.8865	4.8773			4.9167

Em 30 de junho de 2023 existiam 2 842 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2023	30-06-23	4.9167	15 975 204	3 249 194
	31-03-23	4.8849	16 532 032	3 384 345
Ano 2022	31-12-22	4.8552	18 394 587	3 788 675
	30-09-22	4.8561	15 333 554	3 157 602
	30-06-22	4.8769	13 906 876	2 851 622
	31-03-22	4.9231	14 016 133	2 847 070
Ano 2021	31-12-21	4.9568	15 320 259	3 090 813
	30-09-21	4.9665	16 127 032	3 247 169
	30-06-21	4.9701	16 196 491	3 258 831
	31-03-21	4.9722	16 241 025	3 266 429

Em 30 de junho de 2023, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	-
0.5% ≤ UPs < 2%	22
UPs < 0.5%	939
TOTAL	961

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesa</i>						
-Obrigações diversas						
Galp Gas 1.375% 19/09/23	197 858	856	-	198 714	2 140	200 854
	197 858	856	-	198 714	2 140	200 854
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 0.35% 30/07/23	199 680	367	-	200 047	642	200 690
	199 680	367	-	200 047	642	200 690
-Obrigações diversas						
ABB Finance BV Float 31/03/24	100 854	-	(467)	100 387	-	100 387
Allianz Finance II Float 22/11/24	304 172	-	(1 313)	302 859	1 424	304 283
Anheuser-Busch Inbev SA Float 15/04/24	100 350	-	(245)	100 105	715	100 820
Banco Santander SA Float 29/01/26	200 000	-	(1 756)	198 244	1 376	199 620
Bank of America Corp Float 22/09/26	303 064	-	(3 700)	299 364	306	299 670
Bank of Montreal Float 06/06/25	200 152	110	-	200 262	525	200 787
Banque Fed Cred Mutuel Float 17/01/25	200 296	32	-	200 328	1 449	201 777
Barclays PLC 08/12/23	148 542	231	-	148 773	1 572	150 345
Belfius Bank SA/NV 0.125% 08/02/28	169 331	-	(145)	169 186	97	169 283
BNP Paribas Var 14/10/27	177 232	-	(1 358)	175 874	532	176 406
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	209 522	-	(27 068)	182 454	83	182 537
Carlsberg Breweries 3.5% 26/11/26	99 982	-	(1 008)	98 974	336	99 310

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Coloplast Finance BV Float 19/05/24	200 899	-	(69)	200 830	966	201 796
Credit Suisse AG London Float 01/09/23	99 900	18	-	99 918	360	100 279
Daimler Truck Intl Float 06/10/23	100 487	-	(381)	100 106	886	100 992
DZ Bank AG Float 28/02/25	300 000	-	(180)	299 820	1 039	300 859
FCA Bank SPA Ireland Float 24/03/24	200 000	902	-	200 902	116	201 018
Goldman Sachs Group Inc Float 19/03/26	302 839	-	(2 101)	300 738	381	301 119
Haitong Bank SA Float 08/02/25	100 000	-	(110)	99 890	697	100 587
HSBC Holdings PLC Float 24/09/26	303 507	-	(3 504)	300 003	153	300 156
Ing Groep NV float 20/09/23	200 726	-	(455)	200 271	246	200 516
Ing Groep NV Var 29/11/25	92 796	1 120	-	93 916	73	93 989
Intesa SanPaolo SPA Float 17/03/25	300 000	132	-	300 132	383	300 515
KBC Group NV Float 23/02/25	300 235	761	-	300 996	1 287	302 283
Kutxabank SA Var 15/06/27	199 482	-	(1 396)	198 086	389	198 475
Lloyds Banking Group Float 21/06/24	201 364	-	(464)	200 900	217	201 117
L'Oreal SA Float 29/03/24	303 990	-	(2 352)	301 638	35	301 673
McDonald's Corp 1% 15/11/23	196 774	1 178	-	197 952	1 244	199 196
Mercedes-Benz International Finance Float 03/07/24	197 396	3 142	-	200 538	1 712	202 250
MERLIN PROPERTIES SOCIMI 1.75% 26/05/25	210 582	-	(20 474)	190 108	335	190 443
Natwest Markets PLC Float 13/01/26	200 663	465	-	201 128	1 771	202 899
Nykredit Realkredit AS Float 25/03/24	201 500	-	(774)	200 726	102	200 828
Pandora A/S 4.5% 10/04/28	201 090	-	(1 450)	199 640	1 992	201 632
Royal Bank of Canada Float 17/01/25	200 000	458	-	200 458	1 482	201 940
Servicios Medio Ambiente 0.815% 04/12/23	196 000	1 214	-	197 214	929	198 143
Societe Generale Float 13/01/25	400 118	134	-	400 252	3 084	403 336
Stellantis NV 3.75% 29/03/24	200 324	-	(722)	199 602	1 906	201 508
Terna SPA 1% 23/07/23	198 932	793	-	199 725	1 874	201 599
Thermo Fisher SC FNCE I Float 18/11/23	201 488	-	(1 534)	199 954	856	200 810
Toronto-Dominion Bank Float 20/01/25	300 000	780	-	300 780	2 160	302 940
Utah Acquisition Sub 2.25% 22/11/24	194 432	-	(568)	193 864	2 712	196 576
Vattenfall AB Float 18/04/24	200 101	359	-	200 460	1 490	201 950
Vonovia SE 0% 01/12/25	177 912	-	(1 442)	176 470	-	176 470
Wells Fargo & Company Float 04/05/25	144 734	1 094	-	145 827	313	146 140
	9 041 768	12 923	(75 036)	8 979 655	39 603	9 019 258
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Tratton Finance Lux SA Float 17/02/24	200 000	-	(182)	199 818	828	200 646
	200 000	-	(182)	199 818	828	200 646
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Abbott Ireland Financing 0.875% 27/09/23	197 024	1 617	-	198 641	1 323	199 964
AT&T Inc Float 06/03/25	200 110	142	-	200 252	519	200 771
Banco Bilbao Viscaya ARG Float 26/11/25	303 694	-	(274)	303 420	1 288	304 708
Barclays Plc Float 12/05/26	152 126	-	(3 048)	149 078	878	149 956
Honeywell International 3.5% 17/05/27	199 590	-	(2 802)	196 788	842	197 630
UBS Group AG Float 16/01/26	202 584	-	(5 686)	196 898	1 717	198 615
UBS Group Var 17/04/25	197 236	-	(3 598)	193 638	505	194 143
	1 452 363	1 759	(15 408)	1 438 715	7 072	1 445 787
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
BPCE ECP 0% 13/03/23 - 13/12/23	200 000	-	-	200 000	(3 484)	196 516
Brisa Concessão Rodoviária 9EM PC 01/06/23 - 07/07/23	200 000	-	-	200 000	588	200 588
EDA 306 EM PC 23/05/23 - 21/07/23	150 000	-	-	150 000	(317)	149 683
SUGAL Alimentos SA 32ª EM PC 19/06/23 - 20/07/23	50 000	-	-	50 000	(122)	49 878
	600 000	-	-	600 000	(3 335)	596 665
TOTAL	11 691 669	15 906	(90 626)	11 616 948	46 950	11 663 899

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:

- a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2023, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	1 939 317	-	-	-	-	1 939 317
de 1 a 3 anos	655 946	-	-	-	-	655 946
de 3 a 5 anos	370 915	-	-	-	-	370 915
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2023 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	25 695	0,15%
Comissão de Depósito	6 424	0,04%
Taxa de Supervisão	1 185	0,01%
Custos de Auditoria	2 440	0,01%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	4 115	0,02%
Outros Custos Correntes	2 424	0,01%
TOTAL	42 283	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0,25%	

(1) Média relativa ao período de referência

A apresentação da Nota 15 das Notas Anexas às demonstrações financeiras, foi, a partir do período corrente, alterada por forma a detalhar os custos incorridos pelo OIC de acordo com a apresentação efetuada no respetivo prospeto (apresentando assim maior detalhe face ao exigido pelo Regulamento nº 16/2003).

Relatório de Auditoria

Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo (o "OIC") gerido pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 16 005 564 euros e um total de capital do OIC de 15 975 204 euros, incluindo um resultado líquido de 207 682 euros), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo, gerido pela IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

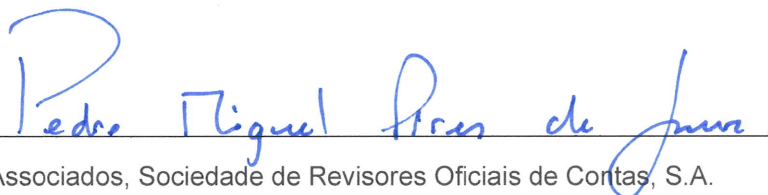
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de agosto de 2023



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com n.º 20190019)